



Revista Brasileira de Ciências Sociais

ISSN: 0102-6909

anpocs@anpocs.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Ciências Sociais

Brasil

Moraes Silva, Graziella; de Souza Leão, Luciana T.

O paradoxo da mistura. Identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos

Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 27, núm. 80, outubro, 2012, pp. 117-133

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10724731007>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# O PARADOXO DA MISTURA

## Identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos\*

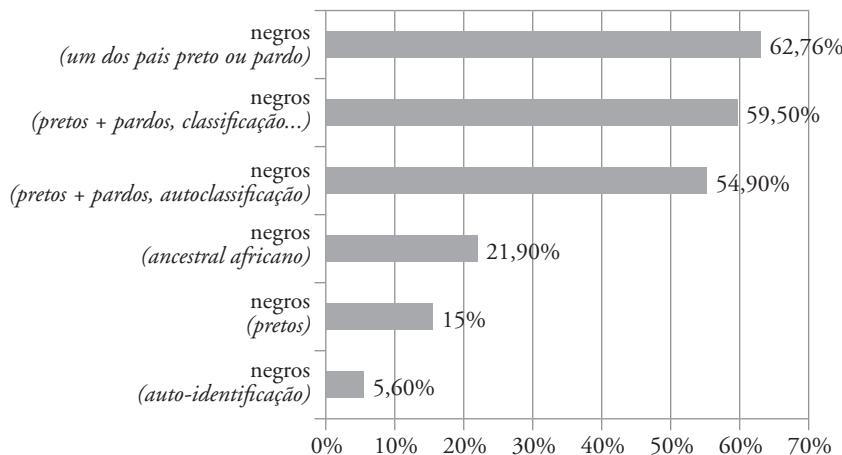
Graziella Moraes Silva  
Luciana T. de Souza Leão

\* Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no GT “Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas” do 35º Encontro Nacional da Anpocs, em outubro de 2011, Caxambu, Minas Gerais. Agradecemos aos participantes do GT, em especial aos coordenadores (João Feres Jr e Jerônimo Muniz) e ao debatedor Valter Silvério. Também agradecemos aos pesquisadores do Projeto Comparativo de Respostas à Estigmatização, fonte original das entrevistas em profundidade discutidas aqui, coordenado por Michèle Lamont da Universidade de Harvard; e aos pesquisadores do Projeto sobre Etnicidade e Raça na América Latina (Perla) coordenado por Edward Telles da Universidade de Princeton, que forneceu alguns dos dados de survey que utilizamos. Agradecemos também às sugestões e comentários dos pesquisadores do Nied (Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade da UFRJ) ao longo de nossas reuniões semanais de pesquisa.

### Introdução: o quebra-cabeça racial brasileiro

As relações raciais no Brasil são caracterizadas por um aparente paradoxo. Por um lado, as enormes e persistentes discrepâncias socioeconômicas entre os diferentes grupos raciais indicam que raça é um atributo central para se compreender a produção de desigualdades sociais do país. Por outro, as relações de sociabilidade fluidas, com grande quantidade de casamentos inter-raciais e pouca segregação residencial entre brancos e negros, sinalizam que no Brasil a mistura racial permite perpassar as questões de cor. Considerando esse quebra-cabeça, parece-nos crucial perguntar: como estudar relações raciais em um país onde as desigualdades socioeconômicas entre as raças são tão marcantes, mas não se refletem em diferenças culturais ou simbólicas? Ou, utilizando a terminologia das fronteiras proposta por Barth (1969), como analisar um país com fronteiras socioeconômicas rígidas e fronteiras

**Gráfico 1**  
**Quantos Negros Vivem no Brasil?**



Fonte: Perla (2010).

simbólicas aparentemente fluidas entre negros e brancos (Lamont e Molnár, 2002)?

A partir da análise de pesquisas recentes, é possível identificar dois pontos centrais no debate sobre as relações raciais brasileiras, e que nos auxiliam a esclarecer essas perguntas: (i) a definição de quem é negro no Brasil e (ii) o peso que a discriminação tem como um fator explicativo para as desigualdades raciais.

Em relação à classificação racial, diferentes estudos já mostraram como o número de negros no país pode mudar radicalmente dependendo da forma como a população negra é definida (Bailey, Loveman e Muniz, 2009). Utilizando os dados do Perla, um *survey* nacional realizado em 2010 em parceria com a Universidade de Princeton, percebemos que, dependendo da nossa definição, os negros podem representar apenas 5,6% da população se considerarmos o critério de autoclassificação racial, e podem chegar até 62,7% dos brasileiros se o critério adotado for ter pelo menos um dos pais preto ou pardo.

Já em relação ao debate sobre até que ponto a desigualdade racial pode ser atribuída à discriminação, as discussões giram em torno dos limites e méritos das diferentes formas de se medir a

própria discriminação (Pager, 2006). De um lado, estudos estatísticos elaboram modelos explicativos para medir as desigualdades socioeconômicas entre negros e brancos, controlando variáveis como educação, origem social e renda familiar. Nesses estudos, todo o resíduo não explicado por essas variáveis é atribuído à discriminação (Paixão e Carvano, 2008). Tal estratégia, no entanto, tem limites claros. Como apontado por Osório (2008), por mais que em todas as mensurações a desigualdade se mantenha, nesses modelos os possíveis efeitos da discriminação não são abordados diretamente, visto que há uma série de variáveis não observáveis além de raça que poderiam afetar os resultados.

De outro lado, *surveys* são usados para medir a percepção de discriminação racial dos grupos raciais. Os resultados desses *surveys* problematizam ainda mais a validade da proposição da discriminação como causa da desigualdade racial, visto que apenas 22% de negros (definidos como pretos + pardos) identificam a discriminação (Datafolha, 2008). É evidente que a percepção sobre discriminação também tem limites como medida quantitativa de discriminação, já que pode subestimar ou sobreestimar a discriminação de fato,

como discutido por Pager (2006). A diferença na percepção de discriminação entre pretos (41%) e pardos (15%), além do mais, problematiza a atribuição da desigualdade à discriminação de forma homogênea para os dois grupos (Datafolha, 2008). Será que podemos atribuir essa baixa percepção de discriminação dos pardos à falta de consciência racial?

Em parte, essa é uma das questões que motiva o presente artigo. Acreditamos que um elemento central, mas pouco explorado no debate sobre relações raciais no país, é a perspectiva dos brasileiros pardos – a identificação etno-racial que mais cresceu nos últimos censos. Historicamente os pardos compartilham uma situação socioeconômica parecida com a dos pretos, mas sistematicamente identificam menos discriminação racial do que esse grupo (Datafolha, 2008). O foco sobre as experiências e as percepções dos pardos permite analisar questões relacionadas tanto com a classificação racial quanto com a mensuração da discriminação a partir de uma perspectiva ainda pouco explorada.

Autores que enfatizam a rigidez das fronteiras socioeconômicas tendem a atribuir a ausência de percepção de discriminação dos pardos à falsa consciência dos entrevistados. Sob esse entendimento, pardos seriam negros alienados por não perceberem o impacto da discriminação racial (Munanga, [1999] 2008) e, como consequência, rejeitarem a mobilização em movimentos negros (Hanchard, 1994). Em contraste, estudos que priorizam a flexibilidade das fronteiras simbólicas encontram nesse dado a evidência de que a exclusão racial é, de fato, menos central no Brasil do que em outros contextos nacionais (Fry, 2005). Apesar da importante colaboração feita por esses trabalhos, ainda há poucos estudos empíricos que focam os pardos e, em especial, que exploram a percepção desse grupo racial sobre a complexa dinâmica da relação entre classificação racial e discriminação no Brasil.

Neste artigo, pretendemos colaborar para essa discussão. Para tanto, usamos tanto dados de *surveys* (como o Datafolha, 2008, e Perla, 2010, entre outros), como a análise de 160 entrevistas semiestruturadas com pretos e pardos – método que permite priorizar percepções, estratégias e definições de fronteiras simbólicas levantadas pelos próprios

atores pesquisados. Ao conjugar esses dois métodos, esperamos levantar possíveis hipóteses para entender o aparente quebra-cabeça racial brasileiro, além de explorar a diversidade da identidade parda.

O trabalho está organizado em quatro seções. Na primeira, apresentamos, de modo sumário, como os pardos aparecem na literatura sobre relações raciais no Brasil. A segunda seção é dedicada à metodologia e aos dados que utilizamos no trabalho. Em seguida, exploramos alguns dados de *surveys* que tratam das experiências de discriminação racial e da persistência das desigualdades raciais, enfatizando semelhanças e diferenças entre pretos e pardos. A quarta seção detém-se na fala dos pardos. A partir da análise de entrevistas, tratamos das formas como a identidade parda pode se reconciliar com a identidade negra, e como as experiências de discriminação afetam essa questão. Na conclusão, sugerimos como os nossos dados levantam hipóteses e interpretações possíveis para a imbricada relação entre classificação racial e discriminação no Brasil.

### Os pardos na literatura

Uma das primeiras referências ao significado do termo pardo, segundo a historiadora Hebe Mattos, pode ser encontrada no dicionário *Vocabulário português e latino* (Bluteau, 1712), “onde pardo é definido como a cor entre branco e preto, característica do pardal de onde esse nome parece ter vindo. Homem pardo: ver mulato” (Mattos, 2006, p. 49). Outros autores afirmam que o termo pardo provém do latim, *pardus*, e do grego, *pardos*, significando, nessas línguas, leopardo (Petrucelli, 2000). Apesar da falta de acordo sobre a origem do termo, o consenso parece ser de que o termo pardo é bastante antigo na história brasileira, uma vez que a carta de Caminha já se referia aos habitantes da terra como “pardos maneira avermelhados” (Petrucelli, 2000).

Desde 1870 o Censo Brasileiro coleta informações sobre a cor da população de acordo com quatro categorias: branco, preto, pardo ou caboclo.<sup>1</sup> A pergunta sobre cor apareceu nos Censos de 1870, 1890, 1940, 1950, 1960, 1980, 1990, 2000

e 2010. Em linhas gerais, é possível perceber uma tendência de aumento do percentual de brancos até 1950 e uma diminuição do percentual de pretos até 1990. No entanto, talvez a tendência mais marcante dos dados seja o aumento do percentual de pardos a partir de 1940 (Gráfico 2). Longe de representar uma simples variação na cor da população brasileira, essas mudanças relacionam-se com a transformação dessas categorias e também da própria metodologia do Censo.

No Censo de 1872, o recenseado livre podia se autoclassificar entre branco, preto, pardo ou caboclo, mas os escravos eram classificados pelo recenseador em duas categorias: preto e pardo. De acordo com Mattos (2006), no entanto, ao longo dos séculos XVIII e XIX, o termo pardo não era uma simples categoria de cor, mas uma expressão que assinalava origem africana, mas separando-a da escravidão. A expressão mais comum seria “pardo livre”, que significava não necessariamente uma origem misturada ou cor de pele parda, mas ter nascido em condição livre.

Não foi realizado o Censo em 1880. O primeiro Censo realizado após a abolição da escravatura foi o de 1890, o qual se baseou nas seguintes categorias: branco, preto, pardo e caboclo, comumente agregados como pardos. De acordo com Oliveira (1999), no entanto, entre 1872 e 1890 a percentagem de pardos caiu de 38,3% para 34,2% e a de caboclos subiu de 3,9% para 9,6%. Isso para o autor indicaria que grande parte da mistura naquele momento se dava entre indígenas e pretos, não entre pretos e brancos como normalmente se assume.

Nos Censos de 1910 e 1920, a categoria cor não foi recenseada, e, em 1930, não houve Censo. No Censo de 1940, os recenseadores foram instruídos a classificar a população entre brancos, pretos e amarelos. A categoria amarela surge nesse momento para dar conta da população de origem asiática, principalmente japonesa. No Censo de 1940, a categoria pardo é computada pelo agrupamento de todos aqueles que foram classificados sob outra declaração (índio, caboclo, mulato, moreno etc.). Logo, o aparente embranquecimento da população nesse momento pode ser parcialmente atribuído à omissão do pardo como categoria, que obrigava os recenseadores a classificarem a população entre

branca ou preta. Curiosamente, é a partir da década de 1940 que também se consolida a imagem do Brasil como nação mestiça.

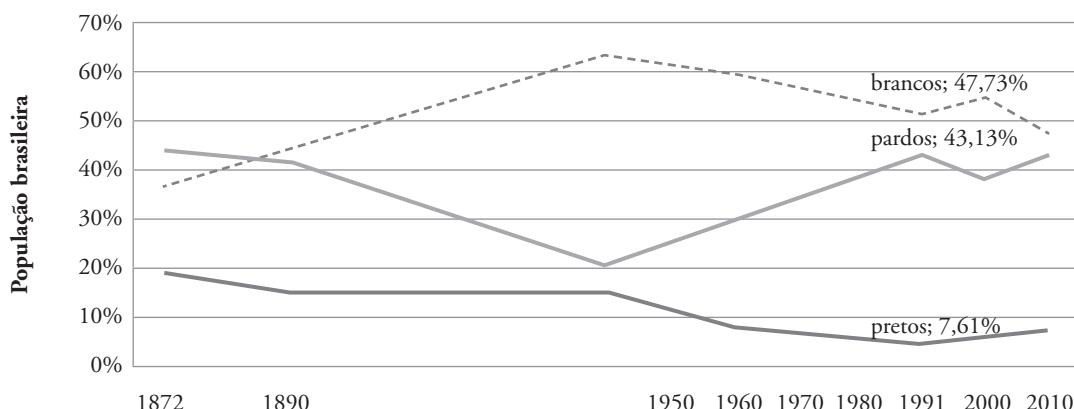
Durante o século XIX até o início do século XX, a mestiçagem na América Latina era vista como um problema, ou um defeito das jovens nações latino-americanas (Appelbaum, Macpherson e Rosemblatt, 2003). Influenciadas pela imagem da construção dos Estados nacionais europeus, onde a base étnica era apresentada (ou inventada) como a origem da nação, e por teorias eugenistas, que defendiam a superioridade racial dos brancos, as elites latino-americanas identificavam na sua diversidade étnico-racial um empecilho para o desenvolvimento e a modernização nacional (Viana, 1922).

Neste período, a mestiçagem era vista como uma possível solução para as sociedades latino-americanas apenas quando definida como embranquecimento – fator que explica o estímulo à imigração europeia no início do século XX, assim como a resistência à imigração asiática e africana (Skidmore, 1990). Sob essa lógica, o embranquecimento coloca o pardo tanto como problema quanto como solução, isto é, problema porque não branco, e solução porque menos preto.

No início do século XX, a mistura racial é ressignificada como solução para a construção nacional em diferentes países da América Latina. Uma das primeiras referências de trabalho nessa direção talvez seja de José Vasconcelos em seu livro *A raça cósmica*, de 1925 (Vasconcelos e Mac Gregor, 1942). Neste estudo, o mestiço é apresentado como uma raça superior a todas as demais por conseguir misturar nele as vantagens de todas as civilizações. Ao mesmo tempo, a mistura racial passa a ser redefinida como sinal de tolerância em vez de promiscuidade. Esse entendimento, por sinal, talvez seja a principal contribuição de Gilberto Freyre para o debate racial do período: a compreensão da mistura racial como catalizadora da construção de uma nação sem fronteiras rígidas entre grupos etno-raciais. Nesse sentido, o pardo, ou mestiço, aparece como o representante dessa mistura – em certo sentido, é compreendido como o brasileiro em sua essência.

Não temos como afirmar se essa mudança na visão dos pardos influenciou o aumento da classi-

**Gráfico 2**  
**A Composição Racial do Brasil a partir dos Dados dos Censos (1870-2000)**



Fonte: IBGE, Censos 1870-2000.

ficação como pardo, mas o fato é que a partir de 1950 o número de pardos começa a aumentar significativamente. Também é nesse momento que a pergunta do Censo se apresenta como nós a conhecemos: “Qual a sua cor?” com opções de resposta pré-codificadas: preto, pardo, branco e amarelo, preenchidas por autodeclaração. A pergunta permanece dessa forma até 1990, quando é alterada para a sua forma atual: “Qual a sua cor ou raça?”, e a opção de resposta “indígena” é adicionada.

O aumento do número de pardos a partir de 1950 é acompanhado pela redução do número de pretos. Para alguns autores, tal redução exemplificaria o desejo de embranquecimento da população brasileira (Munanga, [1999] 2008; Oliveira, 1999). Além do mais, o grande número de brancos seria explicado para autores como Degler (1971) pela correlação entre ascensão social e embranquecimento. Segundo este autor, os mulatos, por não serem nem brancos nem pretos, têm mais possibilidades de se dissociarem dos pretos e, portanto, de evitarem toda a carga negativa que estes carregam na sociedade brasileira. Nesse sentido, os mulatos desfrutariam de uma “válvula de escape”, que permitiria uma ascensão socioeconômica maior do que a dos pretos.

A teoria de Degler é diretamente questionada pelos estudos estatísticos de Carlos Hasenbalg (1979) e Nelson do Vale e Silva (1979), os quais demonstram que pardos e pretos possuem indicadores socioeconômicos muito parecidos e sistematicamente inferiores aos dos brancos. Baseados nos dados dos Censos de 1950 e 1960, esses autores ressaltam as persistentes desigualdades socioeconômicas entre brancos e não brancos, rejeitando, dessa forma, a noção freyriana de que as desigualdades entre grupos raciais no Brasil seriam menos rígidas, assim como a perspectiva das análises raciais da escola da USP que acreditavam que raça estaria se tornando menos importante do que classe socioeconômica ao longo do tempo (Fernandes, 1965).

Os resultados dos estudos de Vale e Silva e Hasenbalg foram apropriados por movimentos negros no país, que redefinem a desigualdade entre brancos e não brancos como desigualdade entre brancos e negros, e atribuem sua persistência à discriminação racial (Alberti e Pereira, 2007). Na literatura sociológica, alguns autores também passaram a defender que as semelhanças socioeconômicas entre pardos e pretos permitiria uni-los em um só grupo definido pela condição socioeconômica subalterna

(D'Adesky, 2001). A partir desse entendimento, os pardos tornaram-se negros ou afrodescendentes (junto com os pretos) em grande parte da literatura sociológica.

Estudos sobre autodeclaração e identificação racial, no entanto, mostram que a maioria dos pardos, e uma grande parte dos pretos, não se identificam como negros. Em um suplemento sobre identificação por cor, a PNAD de 1976 encontrou apenas 1% de respondentes que se identificavam como negros. Essas perguntas foram repetidas na PME de 1998 (3,13% se identificaram como negros) e na pesquisa Datafolha de 2008 (7,8%). Considerando apenas aqueles que se identificam como pardos de acordo com as categorias do IBGE, esse número é ainda menor (3%, de acordo com o Datafolha 2008).

Para autores como Munanga ([1999] 2008), a rejeição à identificação como negro poderia ser pensada como alienação, ou esquizofrenia, dos pardos (Almeida dos Reis, 2002). Como defendido por Souza (1983), o pardo que se conscientiza naturalmente se torna negro. Sob esse entendimento, indivíduos que se identificam como pardos seriam negros sem consciência.

Para outros autores, no entanto, pardos seriam portadores da ambiguidade das relações raciais brasileiras, e a imposição de uma categorização binária estaria criando divisões perigosas na sociedade brasileira (Fry e Maggie, 2007; Risério, 2007). Ilustrando a defesa da legitimidade de uma identidade parda, Véran analisa o movimento da nação mestiça criado como reação ao que seria uma mestiçofobia, ou à afirmação de que “o mestiço não existe [...] a mestiçagem tornou-se uma categoria estatisticamente não pertinente, politicamente indesejável e culturalmente inseparável da ‘matriz africana’” (2010, p. 27).

De uma perspectiva ainda mais radical, Harris e seus coautores (1993) criticam o termo “pardo” por considerarem que subestima o número de pessoas que não se consideram brancas ou pretas e defendem a adoção da categoria nativa “moreno”. De fato, a categoria morena aparece de forma consistente como a segunda mais escolhida em questões abertas sobre raça e cor: 35,7% da população se definiu espontaneamente como morena na PNAD de

1976 e 27% no Datafolha de 2008. No entanto, enquanto a identificação como moreno parece ter declinado entre 1976 e 2008, a identificação espontânea como pardo cresceu de 10,4% em 1976 (PNAD) para 17% em 2008 (Datafolha).

Neste trabalho argumentamos que essas duas perspectivas – a do pardo como alienado e a do pardo como essência nacional – desconsideram os múltiplos significados que a identificação como pardo adquire para quem opta por ela. Em contraposição, buscamos explorar a diversidade da identidade parda. Para tanto, baseamo-nos nas percepções daqueles que se identificam como pardos que, com raras exceções (Sansone, 2003), têm sido largamente ignorados na literatura. Em particular, focamos (i) nas justificativas para identificação como pardo (ii) nas percepções sobre fronteiras simbólicas com brancos e negros e (iii) nos relatos sobre experiências de discriminação racial.

## Nossos métodos

Como já mencionado, neste trabalho procuramos conjugar a análise de dados de *surveys* com a análise de entrevistas semiestruturadas. Em relação aos primeiros, exploramos questões referentes à percepção e às experiências de discriminação racial (usando principalmente o Datafolha, 2008, e também alguns dados inéditos do *survey* nacional Perla, 2010<sup>2</sup>), ao entendimento sobre as relações raciais no Brasil (PCERB, 2008; Datafolha, 2008) e à persistência temporal das desigualdades raciais. Buscamos contrastar os padrões de respostas entre pretos e pardos, e entre níveis educacionais diferentes.

As 160 entrevistas com pretos e pardos que analisamos, por sua vez, fazem parte de um projeto comparativo mais amplo, coordenado pela professora Michèle Lamont (Universidade de Harvard), que analisa as experiências de discriminação e as estratégias de desestigmatização de negros no Brasil e nos Estados Unidos (Lamont, 2011).

As 160 entrevistas brasileiras foram conduzidas no município do Rio de Janeiro em 2008 e 2009. Incluímos entre os nossos entrevistados indivíduos que se identificam como pretos e pardos, assim como entrevistados de classe média (definida como

posse de diploma de ensino superior e exercício de ocupações profissionais) e classe trabalhadora (operacionalizada como posse de diploma de ensino médio e exercício de ocupações formais).

No caso da classe média, nossa estratégia de amostragem incluiu a hetero-classificação, já que contatamos a gerência de recursos humanos de grandes empresas e pedimos o contato de profissionais negros em postos de gerência ou diretoria. A partir desse contato inicial, conseguimos dez entrevistas e, a partir destas, utilizamos os contatos dos entrevistados para criar uma amostragem por bola de neve.<sup>3</sup> O misto de hetero e autoidentificação explica parcialmente o maior número de pessoas que se identificam como pretos entre os entrevistados de classe média – já que pessoas de identificação ambígua foram excluídas da classificação como profissionais negros.

No caso da classe trabalhadora, contratamos uma empresa de marketing e pedimos a seleção de entrevistados a partir dos critérios socioeconômicos (diploma de ensino médio e emprego formal), e depois selecionamos apenas os potenciais entrevistados que se definiam como pretos e pardos.<sup>4</sup>

Ainda que tenhamos buscado aumentar ao máximo a heterogeneidade da nossa amostra mediante estratégias de recrutamento mistas e um número de entrevistas que nos permitisse alcançar a saturação (Small, 2009), estamos cientes que as estratégias de amostragem adotadas não permitem falar de uma amostra representativa de pretos e pardos cariocas. Além do mais, o fato de as entrevistas terem sido conduzidas no município do Rio de Janeiro limita a generalização dos nossos resultados para outras regiões do país. Acreditamos, no entanto, que as entrevistas permitem um primeiro olhar sobre a diversidade da identificação parda.

Em relação ao roteiro de entrevistas, ele foi estruturado em torno de quarenta perguntas sobre trajetórias educacionais e ocupacionais, possíveis experiências de injustiça e discriminação e o significado das identificações raciais dos entrevistados. Um aspecto importante a ser ressaltado é que os entrevistados eram inicialmente informados de que se tratava de uma pesquisa sobre mobilidade social. As questões sobre discriminação e identidade racial somente apareciam na segunda metade do roteiro

de entrevistas. Ao adotar essa estratégia, nosso objetivo era avaliar se a identidade racial apareceria espontaneamente e, caso sim, em quais situações. As entrevistas tiveram duração de aproximadamente duas horas.

### Os pardos nos surveys

A partir da análise de dados de *surveys* podemos vislumbrar de forma mais clara o aparente paradoxo das relações raciais brasileira ao qual fizemos menção no início do trabalho. Para explorá-lo, discutiremos, primeiramente, os dados que nos permitem afirmar que raça é um atributo central na estruturação das desigualdades socioeconômicas no Brasil, e a percepção de todos os grupos raciais de que essa afirmação é verdadeira. Em seguida, trataremos dos dados que mostram como os brasileiros celebram a mistura racial, e como brancos, pardos e pretos percebem discriminação racial de formas distintas.

A desigualdade racial no Brasil já é aceita como fato pela maioria dos pesquisadores das relações raciais brasileiras. Desde os estudos já clássicos de Nelson do Vale e Silva e os relatórios bianuais de Marcelo Paixão e seus coautores, a produção acadêmica evidencia a existência e persistência temporal das desigualdades raciais no Brasil, mesmo depois do controle de variáveis socioeconômicas, como origem social e nível de educação dos pais, que poderiam afetar os resultados.

Esses estudos, em sua maioria baseados na PNAD, demonstram que o quadro das desigualdades raciais no Brasil tem se mantido estável ao longo do tempo e que os negros desfrutam de mobilidade social ascendente muito menor do que a dos brancos, o que sugere que a transmissão intergeracional da desigualdade tem ocorrido (Osório, 2004; Hasenbalg e Silva, 1999; Ipea, 2008). Neste cenário de longa permanência temporal das desigualdades raciais é particularmente relevante o fato de que as diferenças socioeconômicas são elevadas até entre os negros e brancos mais educados. Osório (2008) demonstra que se compararmos negros e brancos com segundo grau completo em 1976 e em 2005, os brancos estão mais concentrados nos

**Tabela 1**  
**Percepção de Preconceito por Cor Autoatribuída do Respondente**  
**(“Quem você acha que sofre maior preconceito no Brasil?”)**

	Total	Branca	Parda	Preta
<b>Pretos/negros</b>	56%	53%	58%	63%
<b>Pobres</b>	21%	23%	19%	18%
<b>Homossexuais</b>	8%	8%	9%	7%
<b>Deficientes Físicos</b>	3%	4%	3%	3%

Fonte: Datafolha (2008).

**Tabela 2**  
**Percepção sobre Mistura de Raça por Cor Autoatribuída do Respondente**  
**(“Concorda ou discorda: uma boa coisa do povo brasileiro é a mistura de raças”)**

	Total	Branca	Parda	Preta
<b>Concorda totalmente</b>	76%	76%	78%	79%
<b>Concorda em parte</b>	13%	12%	13%	12%
<b>Nem concorda nem discorda</b>	2%	3%	2%	1%
<b>Discorda em parte</b>	3%	3%	2%	2%
<b>Discorda totalmente</b>	4%	5%	2%	3%
<b>Não respondeu/não sabe</b>	2%	2%	3%	3%

Fonte: Datafolha (2008).

percentis superiores de renda em 2005 do que em 1976, o que sugere que o retorno por anos de educação é mais elevado para brancos do que para negros.

O diagnóstico da existência de grandes desigualdades raciais no Brasil dado pelos estudos estatísticos também aparece na percepção da maioria dos brasileiros. De acordo com a pesquisa Datafolha (2008), mais de 90% dos brasileiros de todas as cores concordam que os brancos têm preconceito com relação aos negros e apontam pretos e negros como os grupos que mais sofrem preconceito no Brasil (Tabela 1). Além do mais, a discriminação no mercado de trabalho e a dificuldade de obter empregos são identificadas por 54% dos respondentes como um dos principais problemas enfrentados pela população negra, seguida pela discriminação de modo geral, que foi citada por 31% dos respondentes.<sup>5</sup> Esses dados são confirmados pelo PCERB

(2008), que mostra que a percepção de que cor ou raça afetam as possibilidades de vida das pessoas é generalizada no Brasil: 63,7% dos entrevistados responderam que acreditam que cor tem influência na vida das pessoas, enquanto 33,5% a consideraram irrelevante.

Ao mesmo tempo, a maioria dos brasileiros acredita que o Brasil é um exemplo nas questões de mistura racial, já que aqui não haveria conflitos etno-raciais como podem ser observados em outros países. Ao analisarmos as respostas de *surveys*, fica evidente que a maioria dos brasileiros parece acreditar que o Brasil é um país racialmente misturado, e que esse fato é positivo. Tal crença, no entanto, não parece ter como consequência lógica a percepção de inexistência de racismo e discriminação no país, como já evidenciado pelos dados apresentados anteriormente.

**Tabela 3**  
**Percepção de Discriminação por Escolaridade e Cor Autoatribuída do Respondente**  
 (“Você já se sentiu discriminado por causa da sua cor?” Porcentagem que respondeu sim)

<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Cor autoatribuída</b>		
	<b>Branca</b>	<b>Parda</b>	<b>Preta</b>
<b>Ensino Fundamental</b>	6%	15%	39%
<b>Ensino Médio</b>	9%	15%	42%
<b>Ensino Superior</b>	7%	14%	44%
<b>Total</b>	7%	15%	41%

Fonte: Datafolha (2008).

Uma aparente contradição já amplamente apontada que aparece no *survey* Datafolha (2008) é que o Brasil seria um país racista, mas sem racistas, uma vez que apesar de mais de 90% dos brasileiros aceitarem que existe preconceito racial no país, e mais de 50% acreditarem que há discriminação racial no Brasil, apenas 3% da população admite ter preconceito de cor contra negros (Datafolha, 2008).

Um dado menos discutido, mas igualmente interessante, é que nesse mesmo *survey* apenas 16% dos respondentes afirmam terem sido discriminados. Como podemos observar na Tabela 3, o nível de escolaridade explica pouco a percepção de discriminação, já que não há diferenças entre os grupos educacionais (ainda que possamos observar uma leve tendência para pessoas mais educadas experimentarem mais discriminação). O impacto da cor, no entanto, é forte. Por um lado, como seria de se esperar, apenas uma pequena minoria de brancos (7%) afirma já ter sido discriminada por causa da cor de pele. Entre pretos e pardos, no entanto, a diferença é marcante: 15% de pardos e 41% de pretos afirmam terem sido discriminados por causa de suas cores<sup>6</sup> (Datafolha, 2008).

Tal achado se confirma em outros *surveys*, como o Perla (2010), onde 37% dos pretos relataram já terem sido discriminados pela cor da pele, enquanto apenas 10% dos pardos e 6,7% dos brancos fizeram essa afirmação. Apesar dos limites de dados de percepção como medida de discriminação, a diferença entre a identificação da discriminação entre grupos raciais certamente aponta outro

paradoxo das relações raciais no Brasil que ainda é pouco explorado.

Como podemos interpretar esses dados? Por um lado, poderíamos supor que a identificação como preto, em contraposição a pardo, seria uma evidência de consciência racial. No entanto, a diferença entre pretos e pardos de percepção de discriminação não diminui se usarmos a heteroclassificação: 15% daqueles que são classificados como pardos pelo entrevistador afirmam terem sofrido discriminação pela cor da pele e 39% daqueles que são classificados como pretos fazem a mesma afirmação (Datafolha, 2008). Essa informação sugere que a autoclassificação como preto não parece ser o principal determinante para explicar a percepção de discriminação. Em outras palavras, mesmo quando usamos dados baseados na heteroclassificação, a percepção de discriminação racial parece ser um fenômeno mais perceptível para pretos do que para pardos. Como conciliar esse dado com o fato de que pretos e pardos desfrutam de níveis socioeconômicos semelhantes?

No restante do artigo tentamos lançar luz sobre essa questão a partir da análise das entrevistas em profundidade. Buscamos explorar como as percepções de identificação racial e das experiências de discriminação aparecem na fala dos pardos.

### A fala dos pardos

O objetivo desta seção é analisar, a partir das entrevistas, as diferentes maneiras como os entre-

**Tabela 4**  
**Distribuição dos Entrevistados por Identificação Racial Espontânea,**  
**Classificação do IBGE e classe econômica**

Espontânea/IBGE	Classe Média			Classe Trabalhadora			
	Pardo	Preto	n/i	Pardo	Preto	n/i	Total
<b>Moreno</b>		1		2			3
<b>Mulato</b>	2	1					3
<b>Negro</b>	24	33	3	13	32	3	108
<b>Pardo</b>	5			24	1		30
<b>Preto</b>		11			2		13
<b>n/i</b>						3	3
<b>Total geral</b>	<b>31</b>	<b>46</b>	<b>3</b>	<b>39</b>	<b>35</b>	<b>6</b>	<b>160</b>

vistados articulam suas opções de identificação racial, suas percepções de discriminação e suas narrativas sobre fronteiras raciais no Brasil – tanto as socioeconómicas como as simbólicas.

Nas entrevistas aferimos a identificação racial dos nossos entrevistados a partir de três formas complementares: (i) inicialmente perguntávamos qual era a cor ou raça do entrevistado, o que nos informou a identidade racial espontânea, (ii) em seguida, perguntávamos a classificação racial de acordo com os critérios IBGE e, por fim, (iii) questionávamos qual a cor dos pais. Essas identidades combinaram-se de diferentes formas nas entrevistas: alguns entrevistados identificaram-se espontaneamente como negros, e pretos de acordo com o IBGE (65); outros espontaneamente como morenos/mulatos/pardos, e pardos de acordo com o IBGE (33). Outros, ainda, se identificaram como negros, mas quando perguntados sobre sua classificação de acordo com o ibge optaram por se identificar como pardos (36).

A partir de uma análise mais qualitativa das entrevistas, exploraremos a seguir o que identificamos como três diferentes formas de identificação parda: a dos negros-pardos, a dos pardos-negros e a dos pardos-pardos. Neste momento, aqueles que se identificaram como negros e pretos só serão analisados em contraste com a identificação parda. De forma similar, como a grande maioria dos entrevis-

tados afirmou ter pais de cores diferentes – ou seja, um preto e outro pardo, um preto e um branco, ou um pardo e um branco – trataremos dessa questão tangencialmente, apenas na medida em que ela afeta a percepção de identidade racial dos nossos entrevistados.

*Negros-pardos: Pardos como fato, negros como opção?*

O primeiro grupo que identificamos foi o daqueles indivíduos que espontaneamente se identificaram como negros, mas se classificaram como pardos de acordo com os critérios do IBGE. Para esse grupo, a identificação como negro é vista como uma opção ou como resultado de um processo de conscientização, e a identificação como pardo é vista quase como um fato objetivo. Nesse sentido, muitos entrevistados justificaram sua identificação racial como pardo, pois era a cor presente na certidão de nascimento, outros fizeram alusão à cor da pele para relatar que “não eram tão pretos/escuros assim”, outros ainda destacaram o fato de terem um dos pais brancos. De todo modo, a identificação como pardo é muito menos ressaltada (e mais associada a fatores que os entrevistados julgam como objetivos) do que a identificação como negro, que aparece como a mais adequada para esse grupo de entrevistados.

Nessa direção, a identificação racial negros-pardos pode ser bastante distinta daquela que observamos nos entrevistados que se identificam como negros e pretos. Nesse caso, a maioria dos indivíduos utiliza os termos negro e preto como se fossem intercambiáveis. Além do mais, um grande número de entrevistados não aceitam o repertório da negritude como tendo um significado para além da cor da pele – isto é, recusam uma identidade cultural negra e reafirmam a ideia que negritude deve ser entendida apenas como cor da pele. A identificação negra desses entrevistados aproxima-se da negritude sem a etnicidade descrita por Sansone (2003), uma vez que reafirmam a recusa de fronteiras simbólicas com brancos, mesmo que apresentem forte identificação como negros. A passagem a seguir ilustra bem esse posicionamento:

*Qual a sua cor?*

Preta. Se disser que tenho orgulho ou vergonha, pra mim não diz nada, porque não tenho que ter nem orgulho nem vergonha daquilo que não tive participação. Eu tenho que ter orgulho de coisas que tive participação. Poderia ter orgulho de ter um doutorado, que nem tenho, feito na Alemanha. É. Foi difícil fazer? Foi. Tive problemas? Tive. Mas fiz. Poderia ter orgulho disso. Mas devia ter porque foi um esforço meu. Agora, ter o nome Aleluia, porque seu pai era isso e aquilo? Não. Não tive participação nisso. Por que devo ter orgulho ou vergonha? Não obstante reconhecer que o Brasil é um país extremamente preconceituoso, não conheço no mundo um país tão preconceituoso como o Brasil. As pessoas dizem que não existe preconceito, isso é balela. Você deve saber disso. O preconceito existe, é forte, só que é muito velado. As pessoas que dizem “o quê? Tem preconceito no Brasil” tem reações terrivelmente preconceituosas. Mas isso não significa nada pra mim, muito pelo contrário. Levei a vida muito normal, mas sou preta, sou negra, não tenho nenhum problema em dizer que sou. Até porque não posso negar, está no cabelo, na roupa, no jeitão [pesquisadora em física, 63 anos].

A estreita relação entre identificação racial e cor da pele também aparece em dados de algumas pesquisas, como a PESB (2003) e o PCERB (2008), nas quais a maioria dos entrevistados justifica sua opção de identificação racial sem problematizá-la, a partir da cor da pele.<sup>7</sup> Esse padrão, no entanto, contrasta com o dos entrevistados que se identificaram como negros espontaneamente e como pardos de acordo com os critérios do IBGE. No caso dos negros-pardos, a identificação como negro é apresentada como uma opção consciente, e muitas vezes ideológica.

Especialmente entre os entrevistados de classe média, foram muito comuns relatos de mudanças na forma de se identificar racialmente: indivíduos que antes se identificavam como pardos ou morenos, mas passaram a se identificar como negros. Em geral, os entrevistados afirmaram que a identificação como negros se deu em paralelo à mobilidade social ascendente, uma vez que com essa ascensão social passaram a ter consciência de fazerem parte de uma minoria negra em um estrato social majoritariamente branco.

Um elemento trazido pelos entrevistados, e que auxilia a lançar luz sobre essa questão, foi o relato da disponibilidade de um novo repertório sobre negritude, que antes era inexistente. Alguns entrevistados, principalmente homens, enfatizaram que hoje ser negro parece estar na moda no Brasil. Esse novo repertório permitiu que os entrevistados passassem a valorizar determinados traços antes ocultados, através, por exemplo, de cortes de cabelo e roupas de estilo “africano”. O que parece estar em jogo aqui é a opção pela identidade cultural negra no lugar de outras:

*O que significa pra você ser negra? Quando eu te perguntei no início você falou “sou negra, mas de acordo com o ibge sou parda”. O que a identidade negra significa?*

Esta é uma longa construção é... essa é uma longa construção de identidade racial porque a minha trajetória sempre me convidou a embranquecer, né? Pela minha história familiar, a minha vó era racista, minha vó negra, baiana, era super racista e isso foi passado pra minha mãe, pras minhas tias, [...] mais clara

né? Ter umas feições mais suaves, queixo, um nariz não tão marcadamente negro. Na minha infância minha mãe alisava o meu cabelo desesperadamente, ou prendia. Então, assim, essa identidade negra é uma construção que eu posso dizer que está mais associada à minha vida adulta de soltar meu cabelo mesmo, de ter cabelo crespo assumido, comprido, [...] descabelada; de usar batom no meu bocão enorme de mulata; é... de até abraçar a cultura, de não ter vergonha de falar de orixá; de frequentar a escola de samba e ficar mega suada como ficam suados os pretos quando ouvem os tambores. Tudo isso é uma construção que durante muito tempo na minha vida eu reprimi, batom eu não usava, cabelo eu prendia. Então, assim, a negritude ela foi construída, eu aprendi a valorizar isso [jornalista, 39 anos].

Contudo, seria errôneo afirmar que a opção pela identidade negra é uma identificação puramente simbólica para o grupo de negros-pardos. Entre os entrevistados de classe média, a associação entre negritude e discriminação (principalmente em contextos de interações anônimas) também aparece como um fator marcante para a identificação como e com negros, ponto analisado em outro trabalho (Silva e Reis, 2011). Nesse artigo, discutimos como a maioria dos incidentes de discriminação racial relatados por profissionais negros se relaciona a interações impessoais em que o *status* ocupacional e socioeconômico dos entrevistados é questionado em função da cor da pele. A experiência desses incidentes está diretamente ligada à identificação como negros, uma vez que muitos entrevistados afirmam que, apenas quando ascenderam socialmente e passaram a perceber a diferença e a discriminação, optaram por assumir sua negritude.

Em resumo, no grupo de entrevistados negros-pardos, majoritariamente composto por entrevistados de classe média, a identificação racial como negros está diretamente vinculada a um processo de identificação a partir da conscientização familiar, política ou cultural, além de estar relacionada com as experiências de discriminação

racial. Essa relação entre nível socioeconômico e identificação como negro que encontramos em nossa amostra – e que é confirmada pela pesquisa Datafolha (2008), onde a grande maioria dos entrevistados que se classifica como negros possui ensino superior – sugere que o repertório sobre negritude pode ter diferentes alcances, relacionados com critérios socioeconômicos.

Entre entrevistados da classe trabalhadora, por sua vez, a identificação como negro aparece menos frequentemente. Em relação a esse grupo, a identificação como pardos tende a ser compreendida de duas formas distintas: em um grupo é conjugada a categorização como negros em momentos de discriminação racial (o grupo que chamamos de pardos-negros), e para outros indivíduos a identificação como pardo está associada à negação da discriminação racial (grupo que chamamos de pardos-pardos).

*Pardos, mas quase negros: pardos como fato, e negros como classificação?*

Uma das vantagens das entrevistas qualitativas é a possibilidade de explorar as várias facetas que a identificação racial pode ter. No caso das nossas entrevistas, identificamos alguns entrevistados que iniciaram a entrevista como pardos, mas ao longo da entrevista passaram a se identificar como negros. Nesse grupo, quando questionados pelas suas identificações raciais espontâneas e a partir das categorias do ibge, os entrevistados identificavam-se como pardos e morenos. Em geral, essa identificação muda quando os entrevistados são questionados sobre as experiências de discriminação racial. É a sensação de injustiça, racismo e discriminação que desperta as menções espontâneas sobre identificação racial de negros:

*Pra você o que explica o racismo?*

O racismo é uma coisa interior de cada um, não tem explicação; é o interior da pessoa. A pessoa, muitas das vezes, pode ser parda e se sentir uma pessoa negra, você tá de acordo comigo? É só ter uma pessoa mais clara que ela que ela vai se sentir negra [encarregado de serviços gerais, 51 anos].

A maioria das referências à negritude neste grupo é de identificação – tanto racial quanto social – com os negros. Parece, contudo, principalmente entre os entrevistados mais jovens, que um novo repertório sobre negritude começa a estar disponível e possa ter influenciado a mudança de identidade racial ao longo da entrevista, justamente quando o entrevistado é requisitado a elaborar de forma mais profunda diversas questões. Para esse grupo, no entanto, é menos frequente a afirmação de que ser negro está na moda, mas é recorrente uma afirmação do orgulho de ser negro, mesmo que o entrevistado não tenha muita clareza dos motivos:

*E o que significa pra você ser negra, parda? Como você se define?*

Tenho orgulho. Tenho orgulho do meu pai ser preto, de eu ser parda. De ser filha de negra, neta de negra. Tenho orgulho. Quero que os meus filhos se orgulhem disso também [assistente administrativa, 32 anos].

Em muitos sentidos esse grupo de entrevistados aproxima-se dos pretos-negros da classe trabalhadora. Para ambos os grupos a identidade racial só é problematizada em momentos de discriminação racial. A experiência de discriminação racial faz com que os dois grupos se aproximem ao se sentirem estigmatizados em oposição aos brancos. Uma hipótese para interpretar esse dado é que o repertório disponível para se falar de discriminação racial no Brasil faz uso do termo negro, e não dos termos pardo ou não branco. Dessa forma, ao falarem sobre discriminação, ou definirem sua identidade racial a partir da discriminação, os entrevistados que inicialmente se identificaram como pardos, passam a se ver como os negros.

*E como é que você se vê como pardo na nossa sociedade?*

Eu me vejo na parte negra, de repente, se tiver de sofrer algum tipo de preconceito dessas pessoas que tem, eu vou sofrer porque eu faço parte da parte negra. Se for uma pessoa que tem o preconceito sobre a raça negra, a pessoa negra, vai ter comigo também [segurança, 31 anos].

Em suma, para o grupo de pardos-negros, ser pardo está relacionado com a cor da pele, o registro da certidão de nascimento, ou ter um dos pais brancos – é quase um fato objetivo. Ser negro, por sua vez, está associado a ser discriminado e a reconhecer os episódios de discriminação racial. É exatamente a ausência do reconhecimento da discriminação racial que separa o grupo de pardos-negros do próximo grupo que identificamos, os pardos-pardos.

*Pardos, mas negros de tão pobres?*

Esse grupo de entrevistados define-se de forma consistente como pardos ao longo de toda a entrevista. Se, de um lado, a identificação como pardo é tida como um fato dado pela certidão de nascimento e pela mistura racial (como também observamos nos outros dois grupos), de outro, esses entrevistados também enfatizam a diferença entre ser pardo e ser negro:

*O que significa ter essa cor pra você, ser parda?*

Uma mistura de morena com branca. Entendeu? Porque a cor, ela não é nem branca nem morena. Ela fica na meia estação. Por quê? Porque a parda te facilita. Você pode ficar branca, como eu to agora, e quando você for na praia pegar um bronze você fica moreninha. Essa é a facilidade da parda. Porque eu já fui mais bronzeada. Então as pessoas falavam “Ah, você é moreninha!”. Como se você for olhar pra minha filha, você não diz que ela é minha filha. Ela não tem a minha cor. Ela já é mais morena que eu. Ou seja, você olha pra mim e pensa “Ah não. Você não é dessa cor”. Mas realmente. Aí tá lá escrito no meu registro: parda. Minha mãe até perguntou “Ué? Por que parda? Por que não morena, ou branca, ou preta.” Entendeu? Mas não, parda. Mas eu graças a Deus eu nunca tive problema com relação à discriminação, desrespeito. Nada disso [digidora, 43 anos].

Entre os entrevistados que se definem como pardos-pardos, é possível notar certa resistência à identificação como negro – o que poderia ser inter-

pretado como um suporte para a tese sobre a alienação dos pardos presente na literatura. No entanto, de forma mais consistente entre os nossos entrevistados, o que identifica esse grupo é a percepção de que não sofrem discriminação racial. A passagem a seguir é característica desse entendimento:

*Você acha que existe racismo no Brasil com as pessoas pardas? Você acha que elas sofrem algum tipo de racismo?*

Quem sofre mais racismo é o negro. [...] Tem branco que não suporta negro, e negro que não suporta branco. [...] Eu estou ali no meio tô tranquilo, café com leite [motorista, 25 anos].

Entre os pretos-negros e pardos-negros a discriminação racial é mais central, por mais que muitas vezes a discriminação racial se sobreponha à socioeconômica. É a percepção da discriminação social que une os três grupos. Mas, para o grupo de pardos-pardos, as fronteiras rígidas são socioeconômicas, principalmente em relação aos brancos ricos, tipicamente da zona sul carioca. Os brancos pobres, ou menos favorecidos, portanto, não são vistos como um grupo distinto, mas sim unidos com os pardos pela situação socioeconômica parecida. Em geral, a desigualdade socioeconômica apareceu como a mais forte e mais marcante nas entrevistas, mas no caso dos pardos-pardos muitas vezes ela apareceu negando a importância da desigualdade racial. Mesmo entre alguns pardos de classe média, foi possível encontrar essa ênfase na desigualdade socioeconômica:

*Você acha que existe desigualdade entre negros e brancos?*

Não, acho que não. Acho que no Brasil o cara não é negro e branco, é rico e pobre. A segregação nossa aqui é econômica, é a classe dominante e os outros que não estão na esfera dessa classe. Eu não me lembro de nenhum exemplo de um negro lá (nessa classe), no Brasil não tem. Mas, a classe dominante vem de famílias europeias, os grandes grupos aqui no Brasil são todos brancos. Mas a diferença não é essa aqui. É a barreira que separa o cara pobre para chegar na esfera de cima. Aí

por conta do próprio estudo, deficitário, que ele não consegue... hoje se tenta resolver com cotas, mas não é a solução. A própria família do cara... o processo é um negócio total, a família dá a base também, então ele não está numa família que dá essa outra base além da escola, não adianta. Se ele conhece outro, aí se motiva a se adaptar àquele outro. É o que aconteceu comigo também... uns morreram, viraram bandidos... por que ali no Catumbi, né? Porque ficaram no mesmo ambiente ali, né... eu. Talvez porque tenha saído um pouco dali tenha conseguido sobreviver nesse esquema aí [economista, 53 anos].

Através de entrevistas é impossível dizer se a ausência de relato sobre discriminação racial se deve a uma falta de consciência ou à hegemonia do repertório sobre diferenças de classe no Brasil. O que nossos resultados ilustram é que a identificação como e com os negros está diretamente ligada à percepção da discriminação racial. Neste último grupo de pardos-pardos, a ausência dessa percepção parece levar os entrevistados a priorizarem as fronteiras socioeconômicas e, em alguns casos, a negarem as fronteiras raciais.

### Notas (in)conclusivas

Neste artigo procuramos explorar como a perspectiva dos brasileiros pardos pode colaborar para o estudo das relações raciais no Brasil. A partir da situação paradoxal em que os pardos historicamente compartilham uma situação socioeconômica parecida com a dos pretos, mas sistematicamente identificam menos discriminação racial do que esse grupo, buscamos analisar como o foco nos pardos permite analisar questões relativas tanto à classificação racial quanto à mensuração da discriminação, a partir de uma perspectiva ainda pouco explorada.

Com base em nossa análise foi possível levantar algumas questões relevantes para o estudo das relações raciais brasileiras. O primeiro ponto é que, embora pretos e pardos compartilhem situações socioeconômicas parecidas, não cons-

tituem um grupo homogêneo na sua percepção sobre a realidade racial brasileira. Dessa forma, ainda que o uso da categoria negros ou não brancos seja relevante para destacar a permanência das desigualdades raciais, pretos e pardos têm percepções raciais diferentes e identificam fronteiras simbólicas e econômicas em relação aos brancos de formas distintas.

Segundo, os pardos não são simplesmente menos negros (ainda que alguns se definam como pardos porque não brancos e não negros). A multiplicidade de significados que a identidade parda pode ter ainda precisa ser explorada. Neste trabalho levantamos algumas possibilidades de como a identidade parda e a identidade negra podem se reconciliar, mas estamos cientes de que foi um exercício ainda preliminar. Parece-nos especialmente interessante verificar de forma mais precisa como as fronteiras socioeconômicas afetam essa questão.

Uma terceira questão diz respeito à relação entre mistura racial e discriminação. Ao se identificarem como pardos, muitos entrevistados enfatizando a sua origem misturada, e muitos apontam isso como uma característica positiva do Brasil e de suas experiências (Silva e Reis, 2012). A identificação de pardo como misturado, no entanto, não impede que os entrevistados pardos, pretos e negros identifiquem e denunciem a discriminação racial, muitas vezes optando pela identificação como negros.

Nossos resultados mostram que o repertório da negritude no Brasil pode ser reconciliado com a identificação como pardo a partir de duas vertentes. Por um lado, a partir de um viés mais culturalista, cabe enfatizar a disponibilidade de um novo repertório para identificação da negritude como diferença, que pode estar influenciando a identificação simultânea como pardo e negro, sem que essa múltipla identificação racial apareça como contraditória para quem a adota. Por outro lado, que seria uma vertente mais estruturalista, é importante priorizar a relação entre categorização e discriminação, isto é, as formas como a categorização como negro afeta a identificação dos pardos em situações de discriminação racial.

Nos dois casos, a identificação como negro parece ser fortalecida como categoria de análise

e explicação da realidade racial brasileira, mesmo que sem excluir a realidade da mistura racial. No caso dos pardos que recusam a identificação como negros, o repertório hegemônico ainda é o da desigualdade e da discriminação social como sendo superior e mesmo excluente da desigualdade e da discriminação racial. Não é nossa intenção julgar se a razão desse entendimento seria um sinal de alienação ou de bom senso. Acreditamos, contudo, que a identidade parda merece ser examinada com mais cuidado, já que parece englobar uma parte considerável (e talvez crescente) da população brasileira.

## Notas

- 1 A partir de 1950 também foi incluída a categoria amarela e, em 1990, a categoria indígena. Como essas duas categorias representam um percentual muito pequeno da população, não serão analisadas neste trabalho.
- 2 Survey nacional com mil casos conduzido em agosto de 2010. Esse survey é parte de um estudo comparativo sobre relações étnico-raciais no Brasil, México, Colômbia e Peru, financiado pela Fundação Ford, coordenado internacionalmente por Edward Telles e no Brasil por Marcelo Paixão e Graziella Moraes Silva.
- 3 Cada entrevistado poderia fornecer até dois contatos para a entrevista de forma a permitir uma maior variação da amostra.
- 4 O recrutamento da empresa foi feito na rua em bairros da zona norte do Rio de Janeiro.
- 5 Resposta múltipla, p. 31, Datafolha (2008).
- 6 No survey Datafolha os pretos relatam sistematicamente mais do que os pardos terem experimentado discriminação devido à cor. Para a pergunta referente a (i) conseguir algum trabalho, 6% dos pardos e 21% dos pretos dizem que sim; (ii) receber alguma promoção, 4% dos pardos e 12% dos pretos dizem que sim; (iii) comprar ou alugar alguma casa, 3% dos pardos e 8% dos pretos afirmam que sim; e (iv) estudar em alguma escola, 4% dos pardos contra 10% dos pretos dizem que sim.
- 7 No PCERB (2008), 55% dos entrevistados afirmaram que cor da pele é a dimensão mais relevante para a definição de cor ou raça, seguidos de 15,4% que afirmaram serem os traços físicos, 13% a origem familiar e 8,5% a origem socioeconômica.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena & Pereira, Amilcar Araujo. (2007), *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro, FGV.
- ALMEIDA DOS REIS, Eneida. (2002), *Mulato: negro-não-negro e/ou branco-não branco*. São Paulo, Altana.
- APPELBAUM, Nancy P.; Macpherson, Anne S. & Rosemblatt, Karin Alejandra. (2003), "Introduction: racial nations", in \_\_\_\_\_ (eds.), *Race and nation in modern Latin America*. Chapel Hill NC, The University of North Carolina Press.
- BAILEY, Stan, Mara Loveman & Muniz, Jerônimo. (2009), "The measure of 'race' and the estimation of racial inequality". Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs).
- BARTH, Fredrik. (1969), *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. Results of a symposium held at the University of Bergen, 23rd to 26th February 1967. Bergen/London, Universitetsforlaget/Allen & Unwin.
- D'ADESKY, Jacques. (2001), *Racismo e anti-racismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Pallas.
- DATAFOLHA. (2008), "Racismo confrontado". *Folha de S. Paulo*, 23 nov.
- DEGLER, Carl. (1971), *Neither black nor white: slavery and race relations in Brazil and the United States*. Nova York, Macmillan.
- FERNANDES, Florestan. (1965), *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Domínus.
- FRY, Peter. (2005), *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FRY, Peter & Maggie, Yvonne. (2007), *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- HANCHARD, Michael George. (1994), *Orpheus and power: the movimento negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988*. Princeton, N.J., Princeton University Press.
- HARRIS, Marvin; Consorte, Josilbeth; Lang, Joseph & Byrne, Bryan. (1993), "Who are the whites? Imposed census categories and the racial demography of Brazil". *Social Forces*, 72: 451-462.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. (1979), *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle e (1999), "Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional", in C. Hasenbalg, Nelson do Valle Silva e Marcia Lima (orgs.), *Cor e estratificação social*, Rio de Janeiro, Contracapa.
- IPEA. (2008), "Retratos das desigualdades". Brasília, Ipea.
- LAMONT, Michèle. (2011), "Ordinary people doing extraordinary things: responses to stigmatization in comparative perspective". *Ethnic and Racial Studies*, 35: 365-381.
- LAMONT, Michele & Molnár, Virág. (2002), "The study of boundaries in the social sciences". *Annual Review of Sociology*, 28: 167-195.
- MATTOS, Hebe. (2006), "Pretos' and 'pardos' between the cross and the sword: racial categories in Seventeenth Century Brazil". *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, 80: 43-55.
- MUNANGA, Kabengele. ([1999] 2008), *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte, Autêntica.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. (1999), "Entrando e saindo da 'mistura': os indígenas nos censos nacionais", in \_\_\_\_\_ (org.), *Ensaios em antropologia histórica*, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, pp. 124-154.
- OSORIO, Rafael. (2004), "Mobilidade social dos negros no Brasil". Texto para discussão 1033, Brasília, Ipea.
- \_\_\_\_\_. (2008), "Is all socioeconomic inequality among racial groups in Brazil caused by racial discrimination?". *International Poverty Centre Working Paper*, 43.
- PAGER, Devah. (2006), "Medir a discriminação". *Tempo Social*, 18: 65-88.
- PAIXÃO, Marcelo & Carvalho, Luiz. (2008), "Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil, 2007-2008". Rio de Janeiro, Garamond.

- PCERP. (2008), “Categorias etno-raciais da população”, IBGE.
- PETRUCCELLI, José Luis. (2000), “A cor denominada”. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, texto para discussão, 3.
- RISÉRIO, Antonio. (2007), *A utopia brasileira e os movimentos negros*. São Paulo, Editora 34.
- SANSONE, Lívio. (2003), *Blackness without ethnicity: constructing race in Brazil*. Nova York, Palgrave MacMillan.
- SILVA, Graziella Moraes Dias & Reis, Elisa P. (2011), “Perceptions of social mobility, inequality and racial discrimination among black professionals in Rio de Janeiro”. *Latin American Research Review*, 46: 55-78.
- SILVA, Graziella Moraes Dias & Reis, Elisa P. (2012), “The multiple dimensions of racial mixing”. *Ethnic and Racial Studies*, 35 (3): 382-399.
- SILVA, Nelson do Valle. (1979), “White-non-white income differentials: Brazil”. Ann Arbor, PhD Thesis, Sociology, Michigan.
- SKIDMORE, Thomas. (1990), “Racial ideas and social policy in Brazil, 1870-1940”, in R. Graham (ed.), *The idea of race in Latin America, 1870-1940*. Austin, University of Texas Press. pp. 7-36.
- SMALL, Mario. (2009), “How many cases do I need? On science and the logic of case selection in field-based research”. *Etnography*, 10: 5-38.
- SOUZA, Neusa Santos. (1983), *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro, Graal.
- VASCONCELOS, José & Mac Gregor, Genaro Fernández. (1942), *José Vasconcelos*. México, Ediciones de la Secretaría de Educación Pública.
- VÉRAN, Jean-François. (2010), “‘Nação mestiça’: as políticas étnico-raciais vistas da periferia de Manaus”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 3: 21-60.
- VIANA, Oliveira. (1922), *Populações meridionaes do Brasil: história, organização, psycologia*. São Paulo, Monteiro Lobato.

**O PARADOXO DA  
MISTURA: IDENTIDADES,  
DESIGUALDADES E PERCEPÇÃO  
DE DISCRIMINAÇÃO ENTRE  
BRASILEIROS PARDOS**

Graziella Moraes Silva  
e Luciana T. de Souza Leão

**Palavras-chave:** Pardos; Identidade racial; Discriminação; Desigualdade racial; Mistura racial.

Um elemento central, mas pouco discutido, no debate sobre relações raciais no país é a perspectiva dos brasileiros pardos – a identificação etno-racial que mais cresceu nos últimos censos. Historicamente os pardos compartilham uma situação socioeconômica parecida com a dos pretos, mas identificam de maneira sistemática menos discriminação racial do que esse grupo. O foco sobre as percepções dos pardos permite explorar duas questões centrais das relações raciais brasileiras, a identificação racial e a mensuração da discriminação, a partir de uma perspectiva pouco explorada. Para isso, utilizamos dados de *survey* e analisamos entrevistas semiestruturadas com entrevistados que se identificam como pardos – método que permite priorizar suas percepções, estratégias e definições de fronteiras raciais e simbólicas.

**THE PARADOX OF MIXING:  
IDENTITIES, INEQUALITIES  
AND PERCEPTIONS OF  
DISCRIMINATION AMONG  
BRAZILIAN BROWNS**

Graziella Moraes Silva  
and Luciana T. de Souza Leão

**Keywords:** Browns; Racial identification; Discrimination; Racial inequality; Racial mixture.

A key but understudied element of Brazilian race relations is the perspective of those who are identified as brown, the ethno-racial identification that has increased the most in the last Censuses. Historically, Brazilian browns share with blacks a lower socioeconomic status, but systematically perceive less racial discrimination when compared to them. The focus on the perceptions showed by the browns allow us to analyze two key issues of Brazilian race relations, racial identification and the measurement of discrimination, from an original perspective. In order to follow this path, we rely on survey data as well as on in-depth interviews with people who are identified as brown according to Brazilian census categories, exploring their perceptions, strategies and definitions of racial and symbolic boundaries.

**LE PARADOXE DU MÉLANGE: LES  
IDENTITÉS, LES INÉGALITÉS ET  
LA DISCRIMINATION PERÇUE  
PARMI LES MULÂTRES DU  
BRÉSIL**

Graziella Moraes Silva  
et Luciana T. de Souza Leão

**Mots-clés:** Mulâtres; Identification raciale; Discrimination raciale; Inégalité raciale; Mélange racial.

Un élément central mais peu discuté dans le débat sur les relations raciales brésiliennes est la perspective de mulâtres, groupe ethnique et racial qui a le plus augmenté lors des derniers recensements. Historiquement, les mulâtres partagent un statut socio-économique similaire à celui des Noirs, mais ils identifient systématiquement souffrir moins de discrimination raciale que cet autre groupe. L'accent mis sur les perceptions des mulâtres nous permet d'explorer deux questions centrales des relations raciales au Brésil: l'identification raciale et la mesure de la discrimination, à partir d'un point de vue rarement exploité. Nous utilisons pour cela des données provenant d'enquêtes nationales et nous analysons des entretiens semi-structurés avec des personnes qui s'identifient en tant que mulâtres – une méthode qui permet de prioriser leurs perceptions, leurs stratégies et leurs définitions des frontières raciales et symboliques.